



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2013

# Prefeitura mantém as obras de contenção na Beira-Mar

## Pedido de suspensão feito pelos MPE e MPF não foi apreciado ainda

Até o final da tarde de ontem, a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) não havia recebido nenhuma determinação judicial para suspender as obras na Avenida Beira-Mar. A Justiça também não havia se pronunciado a respeito do pedido dos **Ministérios Público Estadual (MPE)** e Federal (MPF) que, na última quinta-feira, ajuizaram ação cautelar pela suspensão das obras.

Segundo a ação, a obra indicada pelo município envolve medidas definitivas de contenção e está sendo realizada sem a licença ambiental.

Além disso, é uma intervenção em área da União e não tem a permissão dos órgãos competentes.

Por fim, a ação pretende combater a omissão da Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe (SPU/SE) e da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) e obrigar esses órgãos a desempenhar seu poder de polícia patrimonial, urbanística e ambiental.

De acordo com o pedido do Ministério Público, as obras devem ser suspensas enquanto não foram obtidas a licença ambiental e a autorização da Secretaria do Patri-

mônio da União e da Capitania dos Portos para execução das intervenções.

Ainda de acordo com o documento, o pedido de suspensão abrange apenas a execução do projeto definitivo apresentado pela Prefeitura, o que inclui espigões de pedra e aterro no leito do rio, mas não impede a realização de obras emergenciais na murada de proteção da Avenida Beira-Mar.

O Ministério Público entende que devem ser realizadas as obras emergenciais enquanto estudos de impacto ambiental e o licenciamento ambiental do projeto definitivo não são

concluídos, a exemplo do que já aconteceu em outros estados do Nordeste, como Rio Grande do Norte e Pernambuco, e como já foi requerido pelo MP/SE na ação que tramita na Justiça Estadual.

Para o MPF/SE e o MP/SE, como não houve licenciamento ambiental, não foram realizadas discussões sobre projetos alternativos para a solução do problema, como exige a lei, não foram delimitados os potenciais efeitos da obra por qualquer órgão ambiental nem foram estudadas as medidas mitigatórias e compensatórias de potenciais danos ambientais, sendo de-

## Aterro: movimentos sociais vão protestar

Movimentos Sociais em Sergipe estão se articulando para promover, nos próximos dias, uma manifestação contra as obras de aterro do Rio Sergipe. A reunião vai acontecer hoje, 20, às 18h30, na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT). De acordo com o coordenador do Fórum em Defesa da Grande Aracaju, José Firmo dos Santos, as obras, como vêm sendo executadas, podem trazer prejuízos ambientais para Aracaju e Barra dos Coqueiros.

“Queremos a suspensão das obras como estão sendo feitas, ou seja, 40 por 600 metros rio adentro, porque não existe estudo ambiental para aquela área”, ressaltou José

Firmo, acrescentando que seria necessário um estudo feito, paralelamente às obras de contenção, para a solução definitiva da balastrada da Avenida Beira-Mar.

Ele explicou que a ausência de estudos que apontem os impactos da obra, tanto para o meio ambiente quanto para as populações de determinadas localidades das cidades de Aracaju e Barra dos Coqueiros, torna a obra temerária, requerendo sua imediata suspensão.

Além de discutir a possível manifestação prevista para acontecer no local em que as obras estão sendo executadas, representantes de movimentos sociais vão debater e

elaborar ampla agenda ambiental para a cidade de Aracaju. “Iremos deliberar outras atividades, como solicitar audiências às Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa de Sergipe, ao juiz Federal responsável pela ação ajuizada pelo **Ministérios Públicos Federal (MPF)** e Estadual (MP/SE), à Ordem dos Advogados do Brasil, seção Sergipe (OAB/SE) e a realização de seminário para os quais serão convocados todos os segmentos da sociedade, incluindo entidades acadêmicas e órgãos ambientais para tratar da problemática”, relacionou o coordenador.

José Firmo afirmou que re-

presentantes dos movimentos sociais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT); o Movimento Popular Ecológico (MOPEC); a Associação Desportiva, Cultural e Ambiental do Robalo (ADCAR); a Associação dos Moradores do Bairro América (AMABA); o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Sergipe (SINDIJUS); o Instituto Silvío Romero; o Instituto de Cidadania e Meio Ambiente; o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU); o Ciclo Urbano; o Coletivo Seja Realista, Exija o Impossível; o Movimento Não Pago, entre outras entidades, estarão presentes no encontro.

ESTADO DE SERVIDOR  
LA COMISIÓN DE JUSTICIA  
COMISIÓN DE ECONOMÍA  
COMITÉ DE FOMENTO